



# TURISMO E CULTURA

**DESTINOS E COMPETITIVIDADE**

FERNANDA CRAVIDÃO  
NORBERTO SANTOS  
COORDENAÇÃO

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

## **TURISMO, PRECARIEDADE TERRITORIAL E DINÂMICAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO**

### **Introdução**

Enquanto processo geográfico e uma cadeia de serviços, o turismo tem ampliado as suas fronteiras espaciais, sociais e funcionais. Estendeu-se para lugares remotos, alargou-se a consumidores mais heterogêneos e diversificou-se em termos de atividades e ocupação dos tempos livres. Nesse sentido, o fenómeno turístico é um importante modelador das paisagens, das territorialidades pessoais e coletivas e dos fluxos de capitais e pessoas. Central em estratégias de marketing territorial, o turismo tem sido o foco de múltiplos processos de reconversão funcional de lugares em crise e de promoção de grupos sociais mais vulneráveis que, deste modo, participam na mobilidade de diferentes categorias de capital. No entanto, enquanto atividade muitas vezes promovida pela iniciativa privada mas que se envolve com bens públicos, o turismo incorre em riscos sociais nem sempre fáceis de gerir e mitigar. A apropriação alógena de recursos, as restrições de acesso a espaços geográficos, assim como a privatização e o encarecimento dos solos, são alguns dos fatores que podem conduzir ao aumento da fragmentação do espaço e a dinâmicas de desterritorialização de comunidades locais. A referida fragilização e a correspondente precariedade territorial de grupos mais vulneráveis depende de variáveis como a permeabilidade dos projetos turísticos ao contexto local, o ordenamento dessas atividades e o grau de participação dos atores endógenos.

## 1. Alargamento dos territórios turísticos. O turismo perante novos contextos

Entre outros fatores, a compressão do espaço-tempo, a correspondente redução das distâncias e a procura de lugares mais remotos e de padrões geográficos contrastados em relação aos pontos de partida tem-se traduzido no alargamento dos territórios turísticos (Claval, 2002). Florestas, como a Amazónia, latitudes polares ou subpolares, como a Lapónia, contextos desérticos ou semi-desérticos, como o Sara ou a Patagónia, fazem agora parte do mapa mundial da atividade turística. Expandindo-se numa acelerada dinâmica de difusão espacial, o turismo alargou-se para múltiplas dimensões geográficas, como a profundidade e a altitude, dando centralidade turística a lugares como, por exemplo, Cabo Verde ou o Nepal, destinos importantes para, respetivamente, a prática da pesca submarina e do montanhismo.

A procura do exotismo e a colocação do corpo em contextos de limite na fronteira do conforto, tem sido acompanhada pela multiplicação de modalidades de fruição, com a resultante dispersão das categorias e classificações da atividade turística. Longe dos tempos nos quais se associava o turismo (heliotrópico) à busca do bem-estar na linha de contato entre a terra e o mar, as territorialidades do turista são hoje mais complexas e diversificadas (Williams, 2009). Não apenas se buscaram lugares novos e, até há não muito tempo, à margem dos fluxos turísticos, como se renova a relação do turista com espaços já conhecidos mas agora procurados para diferentes fruições e atividades. Daqui nascem conceitos nem sempre fáceis de sistematizar mas que, na sua essência, renovam a relação do turista com a paisagem. Os mercados turísticos, cada vez mais heterogêneos, sustentam o ecoturismo e o turismo de aventura, o turismo cultural mas também o turismo religioso, o turismo rural e o urbano. Noutros contextos, busca-se o turismo sombrio e o *reality tourism*, uma experiência que coloca o turista em contextos extremos de desconforto e risco auto-induzido. Estes, em subdivisões complexas ainda com análises teóricas em construção, podem incluir quer o turismo cemiterial, quer o turismo nuclear ou de guerra, dando centralidade a *traumascapas* asso-

ciadas ao sofrimento individual e/ou coletivo e a momentos negativos da História da humanidade (Tumarkin, 2005). Noutras perspetivas, cruza-se o turismo com os territórios da pintura, do cinema ou da literatura. O turista pós-moderno consome lugares com topónimos reais encontrados com facilidade nalgum atlas geográfico ou em suportes de cartografia digital, como o *Google Earth*, como procura também lugares de ficção, espaços que territorializam representações e mundos imaginários, quantas vezes reunidos em parques temáticos ou outros espaços de lazer e espetáculo (Beeton, 2005). Este novo turista procura lugares de narrativas e acontecimentos, espaços topobiográficos associados a grupos humanos, coletivos étnicos ou pessoas relevantes que, aqui escreveram, ali viveram, noutra lugar morreram. Por outro lado, viaja-se para simples contemplação mas também para intervir repetindo gestos ancestrais (como no agro-turismo), mas também se procuram territórios para criar algo de novo, no que agora se designa turismo criativo (Richards e Wilson, 2006). Valoriza-se a paragem mas também, noutros casos, a velocidade e o trajeto. Fruem-se geossímbolos pontuais mas também símbolos espaciais lineares, aqueles que se consomem em movimento, como um rio, uma estrada ou uma linha de caminho-de-ferro. Estes novos territórios turísticos acompanharam a segmentação dos mercados e o alargamento social e etário das fronteiras do turismo. Da criança ao adolescente, do adulto ao idoso, do hetero ao homossexual, das elites sociais às classes de poder económico e político mais modesto ou mesmo, no extremo do turismo social, aos grupos humanos mais vulneráveis, o turista é hoje uma personagem mais diversificada em termos de objetivos, consumos e agrupamento etário, socioeconómico ou outro (Simões e Ferreira, 2009). A dispersão dos tempos do turismo por momentos mais fragmentados ao longo do ano reduziu, nalguns lugares, a concentração espaço-temporal dos consumos e alargou também as fronteiras de uma atividade agora mais difícil de regular.

Com esta dilatação, o turismo dispersou-se para espaços de diversidade e de maior sensibilidade ecológica e social. Os territórios turísticos tornaram-se social, cultural e economicamente mais fragmentados a ponto de, como refere Steil (2006), ser difícil pensar o mundo sem o turista, que hoje se coloca na proximidade de populações com graus heterogé-

neos de vulnerabilidade. Alguns destinos são territórios de precariedade social, muitos *hotspots* turísticos confrontam os visitantes com populações de rendimentos médios diários abaixo dos 2 USD, como Katmandu (no Nepal), Goa e Kerala (na Índia), Luxor (no Egito), o Parque Nacional de Kruger (na África do Sul) ou Mombassa (no Quênia) (Roe, Goodwin e Ashley, 2002).

É importante desconstruir a ideia simplista de que as comunidades de acolhimento viviam, antes dos fluxos turísticos, em estado de equilíbrio ideal, num resistente e isolado auto-sustento de geografias confinadas (Steil, 2006). As populações locais resultam elas próprias de interações, trocas e negociações. Ainda assim, em muitos microterritórios – mais que um elemento perturbador, o turismo tem sido um fator de mudança e abertura à influência e territorialização local de escalas geográficas mais alargadas. Na maior parte dos casos, o turismo acelerou a terciarização da economia, da população ativa e do espaço. Por exemplo, a atividade turística, como em Cancun (no México), foi uma inovação em áreas de agricultura pobre ou em localidades pesqueiras como, no Sul de Espanha, Torremolinos, Fuengirola ou Lloret del Mar que, em poucas décadas, se tornaram importantes aglomerados turísticos (Potter, Binns, Smith e Elliott, 2004). Em regiões como os Himalaias e países como o Nepal, o turismo estimulou a circulação de moeda e a mercantilização do quotidiano, alterando os ritmos, as opções e as trajetórias de vida da população local. Seja como for, o turismo trouxe contextos inovadores, outros atores de desenvolvimento e, não deixando nunca de ser uma oportunidade, colocou novos problemas e desafios.

## **2. O turismo: do desenvolvimento local às vulnerabilidades sociais e territoriais**

Consoante a natureza das práticas e os lugares a que estejam associadas, a atividade turística pode colocar os turistas em risco. Em primeiro lugar, pelos efeitos da aglomeração espaço-temporal. Em segundo, pela sua deslocação para meios menos familiares à sua vida quotidiana, mais

suscetíveis em termos climáticos, geomorfológicos ou sociais (Page, Bentley e Walker, 2005). Ainda que, como em alguns desportos radicais, o auto-confronto voluntário com o risco seja uma componente central da experiência do turista, a salvaguarda da segurança tem ocupado muito do ordenamento dos territórios turísticos e da investigação nesta área científica, fato que não tem eliminado as externalidades diretas e indiretas desta atividade (Sharpley e Telfer, 2002). Por isso, é importante colocar o foco nas comunidades recetoras uma vez que, em diferentes escalas geográficas, estes novos contextos cruzam o turismo com os sistemas socioeconómicos e políticos e com as trajetórias de desenvolvimento das populações locais (Matias, Nijkamp e Sarmiento, 2011).

O confronto do turismo com o desenvolvimento das populações e dos territórios remete o debate para quatro questões essenciais: o turismo e a criação de mais-valias; o grau de dispersão social e de territorialização *in situ* da riqueza criada; a perenidade temporal da atividade turística; e o ordenamento do turismo para a gestão das respetivas externalidades (paisagísticas, ambientais, sociais, políticas, económicas e sociais).

Nalguns países, o turismo apresenta um peso significativo no emprego, nas exportações e na produção global de riqueza. Em muitos lugares, a chegada de fluxos turísticos aumentou o grau de exigência qualitativa sobre infra-estruturas como o imobiliário e os transportes, ou em relação a normas de qualidade de vida, como a certificação ambiental. Por outro lado, o turismo é elemento central na promoção de lugares e está, ao mesmo tempo, a montante e a jusante de estratégias de marketing territorial em diferentes escalas, em lugares urbanos de forte centralidade e mais elevado ranking mas também em espaços geográficos de baixas densidades e ruralidade mais pronunciada (Williams, 2009). Em muitos casos, o turismo tem sido uma oportunidade que promove a educação nas comunidades locais, incentiva a aprendizagem de novas línguas e uma formação mais prolongada, aumentando os níveis de competitividade e auto-estima, como no caso da Jordânia e da região de Petra onde, segundo Alhasanat (2010), a chegada de turistas terá valorizado a cultura de raízes locais e estimulado o orgulho das populações autótonas. Nesse sentido, e num balanço difícil, o turismo pode ser uma via de sobrevivência de

narrativas alternativas e grupos minoritários, agora com maior visibilidade e ganhos mediáticos e de poder, relevantes até em causas de natureza política (Lac, 2005).

No geral, os investimentos na área do turismo são quase sempre bem acolhidos e aguardados com expectativas elevadas. Ao contrário de atividades económicas à partida percebidas como pesadas e nefastas, como a indústria transformadora ou a exploração mineira, o turismo tem amplo reconhecimento enquanto inovação positiva de progresso e promoção de oportunidades em princípio com escassos efeitos negativos.

No entanto, enquanto atividade sensível às conjunturas e a ocorrências como as catástrofes naturais ou o terrorismo – os fluxos existentes hoje podem, no curto prazo, deslocalizar-se para outros destinos, o turismo incorre no risco da incerteza, da volatilidade e da imprevisibilidade, pelo que também nesta área se desaconselham apostas monofuncionais (Sharpley e Telfer, 2002).

Nas populações de acolhimento, estes problemas têm diferentes perceções, consoante a idade, o local de residência, a formação académica mas também o grau de envolvimento e dependência de cada grupo face ao turismo (Alhasanat, 2010). As comunidades locais não são homogéneas e nem revelam a mesma visão do fenómeno, fato compreensível porque nem todos vivem os benefícios ou sentem as mesmas externalidades de um projeto turístico. Esta reação local, mais ou menos participativa, mais ou menos aberta ou hostil, depende do tempo e do ciclo turístico que vai do entusiasmo inicial à indiferença e desta à saturação. Sigam-se, para o efeito, as palavras de Stephen Williams (2009, p.143): “One of the most familiar articulations of this idea has been provided by Doxey’s ‘Irridex’ – a contraction of ‘irritation index’ – which attempts to show how attitudes to tourism in a host area might change as the industry develops (...). The model suggests that initially the tourists are welcomed, both as a novelty and because of their scope for creating economic prosperity. As developments become more structured and commercialised, local interest in the visitors becomes sectionalised (i.e., some local people become involved with the tourists, others do not) and signs of apathy emerge, especially amongst the uncommitted. If growth continues, physical problems of

congestion and spiralling development sow seeds of annoyance on the part of local people, whose lives are now increasingly affected and inconvenienced by tourism. In the final stage of Doxey's model, annoyance has turned to open antagonism and hostility towards the tourists, who are now blamed, fairly or unfairly, for perceived detrimental changes to local lifestyles and society". Segundo o modelo de Doxley, citado por Williams (2009), a relação da comunidade local com o turismo muda consoante a etapa do ciclo de implantação do projeto, mas depende também das condições locais e do modelo de interação dessas populações com os referidos investimentos (Kreag, 2001).

Os potenciais desequilíbrios advêm do fato de, na experiência turística, se dar a coexistência espacial de diferentes atores com interesses nem sempre convergentes – turistas, empresários turísticos e, entre outros, comunidades locais muito heterogêneas (Sharpley e Telfer, 2002). Com efeito, enquanto impulsionador de fluxos de pessoas e capitais, o turismo pode intervir nas hierarquias locais e regionais de poder. Nesta dinâmica competitiva, acumulam mais-valias sobretudo os agentes que controlam os fluxos e os símbolos e ícones que suportam o turismo pós-moderno (Desforges, 1999).

O turismo pode constituir uma via para o controlo externo de alguns lugares. Apenas um exemplo. Segundo Potter, Binns, Smith e Elliott (2004), cerca de metade dos alojamentos em Barbados pertencem a proprietários estrangeiros. Esse valor ascende a cerca de 75% no caso dos alojamentos de luxo.

Nem sempre é fácil e direto fazer o balanço entre as vantagens e as desvantagens de uma estratégia turística. Ainda assim, é extensa a literatura que trata o lado mais sombrio do turismo (Fennell, 1999; Hall e Page, 2001). Se as consequências económicas são de fácil medição e monitorização, o mesmo não ocorre quando se analisam as externalidades de ordem social, cultural ou política. Os efeitos da atividade turística são quase sempre sistémicos e podem envolver áreas como a Sociologia, a Economia, a Antropologia ou a Ecologia. Na maior parte das vezes, só a perceção de longo prazo e o distanciamento garantido pelas mudanças estruturais permitem uma avaliação completa dos efeitos locais e regio-

nais do turismo, ainda para mais tendo em conta que esta atividade pode interferir em lugares já antes instáveis.

No âmbito da performance económica dos países mais vulneráveis, incorre-se no risco do aumento das importações caso não se associe o turismo à produção local. Na ótica da Antropologia, o turismo pode ser um impulso para a proteção artificial e descontextualizada de elementos culturais da população local que, como resultado da mercantilização das identidades, se expõe ao visitante. Esta comercialização pode levar à invenção/encenação de comunidades tradicionalizadas que se ajustam ao imaginário do turista (Steil, 2006). Estes territórios turísticos de *tourées* – grupos que encenam traços da sua cultura, criam contextos espaciais (e culturais) anacrónicos perante um turismo que promove a preservação do vernáculo quando já desapareceu o contexto geográfico e socioeconómico que lhe deu origem (Lac, 2005). O turismo pode ter criado condições para a manutenção das tradições, mantendo os artefactos materiais ou as expressões culturais de uma comunidade depois de contribuir para a modificação, nalguns casos irreversível, do espírito e do contexto que os criou (Desforges, 1999). É com estas contradições que o turismo étnico conduz os visitantes para o exotismo dos massai e dos tupi-guaranis, grupos humanos que se percebem de modo estereotipado em associação a lugares remotos mas centrais no imaginário ocidental – a savana africana e a selva amazónica, respetivamente (Lac, 2005).

O contato das comunidades locais com os visitantes pode ainda incorrer no risco da imitação de comportamentos. Se esta permeabilidade (ou efeito de demonstração) pode significar uma boa notícia no que diz respeito, por exemplo, à procura de níveis superiores de educação e formação (como o investimento no multilinguismo), pode também gerar problemas e conflitos de natureza religiosa, política ou, tão-somente, comportamental ou geracional. Em muitas áreas civilizacionais receia-se a ocidentalização acelerada e desregrada das gerações mais jovens, com o aumento de incidências desviantes como a criminalidade, a mendicidade ou a prostituição (Potter, Binns, Smith e Elliott, 2004).

Como atrás se referiu, o turismo é uma atividade incerta e oscilante muito sensível à imagem de um lugar que, a partir de variáveis como a

criminalidade ou o terrorismo, se pode (des)construir (Avraham e Ketter, 2008). Contudo, a montante, e no que ao terrorismo diz respeito, o efeito mediático e as consequências económicas de um ataque numa área de densidades elevadas aumenta a vulnerabilidade e a insegurança potencial de territórios turísticos que, deste modo, se tornam alvos apetecíveis.

Ainda que tenham uma expressão integrada, muitos dos fatores de vulnerabilidade das comunidades locais por efeito direto ou indireto do turismo apresentam uma componente geográfica, sobretudo porque o turismo será sempre um processo de apropriação e uso de lugares.

Neste debate entram questões como o risco de degradação dos espaços públicos, a destruição do património edificado ou natural ou a deterioração da matriz económica local, muitas vezes, como se verá no caso do Quênia, assente num modelo de vida semi-nómada e pastoril, porventura já em decadência mas com uma desconstrução que se precipita pela pressão da chegada de outras atividades. Numa desestabilização que as Organizações Não Governamentais (ONG) *Tourism Concern* e *World-Wide Fund for Nature (WWF)* denominaram como eco-colonialismo, também no Quênia e na Tanzânia, exemplo melhor desenvolvido mais adiante, o ecoturismo foi um dos fatores que levou à expulsão de comunidades locais para longe dos territórios habituais de vida (Desforges, 1999). Noutro exemplo, segundo Potter, Binns, Smith e Elliott (2004), em Belize o turismo afastou as comunidades locais do acesso à floresta, numa fragilização territorial que Thomas Homer-Dixon (1994) designa por *resource capture*. Nesta tese, um grupo social perde acesso aos recursos naturais depois de estes serem apropriados por agentes com maior poder de decisão económica e política ou na sequência da sua degradação, como ocorre, no caso da água, pelo uso intensivo nalguns casos associado ao turismo. Nestes, a decomposição espacial de grupos mais vulneráveis tanto pode estar associada a relações assimétricas de poder, como ao não respeito pela capacidade de carga de cada território turístico. Em especial nos contextos insulares, esse limite é com frequência ultrapassado, com consequentes desníveis entre o total de residentes e o volume global de visitantes, como em Santa Lucia, no Caribe, onde a média anual de chegadas ultrapassa o quantitativo de habitantes (Potter, Binns, Smith e Elliott, 2004).

Ainda sobre a limitação das opções espaciais nas comunidades residentes, refira-se a inflação do preço dos solos impulsionada pela atividade turística. Com o aumento da concorrência no uso do espaço edificado (ou edificável), cresce o valor do imobiliário e limita-se o poder aquisitivo. Neste ciclo de gentrificação, a habitação pode tornar-se um problema, em especial para as populações mais vulneráveis que não participam das principais mais-valias da atividade turística, como os jovens e os imigrantes económicos com menor poder de compra. Assim ocorreu, segundo Orueta e Lourés (2006), na Costa Blanca (Alicante). A vaga de compradores de segunda habitação provenientes de países com maior poder de compra, como o Reino Unido e a Alemanha, acelerou as dinâmicas de urbanização e inflacionou o preço médio da construção e dos loteamentos. Sendo o preço do solo um dos principais fatores de diferenciação socioeconómica do espaço, daqui resultam territórios mais fragmentados e socialmente segregados (Ribeiro, 1997).

Esta fragmentação do espaço pode também estar associada a uma nova lógica de partilha e redução dos movimentos. Por exemplo, no Arquipélago das Baleares (Espanha), a aquisição de habitações secundárias criou barreiras de acesso a antigos lugares de passagem, numa privatização (e, mais uma vez, gentrificação) de espaço público que suscitou reações e promoveu a contestação local. Este fato apresenta particular gravidade em lugares onde não é nítida a fronteira entre propriedade privada e propriedade pública, como ocorreu no Brasil com a fragilização territorial da comunidade kaingang, na Terra Indígena de Iraí (Rio Grande do Sul). Nestes casos, são maiores os riscos de rompimento dos sentimentos topofílicos e de filiação territorial (Lac, 2005).

Por outro lado, seja por preparação inadequada das populações locais, seja pela sua indisponibilidade na aceitação de vencimentos mais baixos (Eraqi, 2007), parte importante dos recursos humanos que participam na cadeia económica do turismo em hotéis, *resorts* e outras infra-estruturas e serviços, provêm de uma população ativa de longa distância - a que se movimenta por salários elevados mas sobretudo a que se desloca para ocupar a base da pirâmide laboral. Por isso, sem regulação, o turismo pode também associar-se a mobilidades espaciais precárias e incorrer no risco

de vinculação ao *dumping* social, ligando esta atividade a uma mão-de-obra instável, de baixo custo, mais desprotegida, menos reivindicativa e com territorialidades que ganham um grau variável de precariedade pela inserção débil destes recursos humanos no circuito económico do turismo (Cuyvers e Kerremans, 1999).

Por questões como a fragmentação do espaço e a restrição dos acessos, o turismo pode expressar-se pelo encolhimento dos territórios pessoais ou coletivos. Nesta sua face mais sombria, o turismo pode limitar as opções, afastar comunidades e condicionar escolhas de âmbito geográfico, como a habitação, o local de residência ou o suporte territorial de outras atividades económicas. Neste sentido, pode contribuir para processos de vulnerabilidade territorial, que Rogério Haesbaert (2004) identifica como desterritorialização – *in situ*, quando essa precariedade ocorre sem que as comunidades se afastem dos seus espaços do quotidiano; *ex situ*, no caso dessa fragilização geográfica implicar afastamento temporário ou definitivo desses lugares de vida. Essa desterritorialização pode assumir diferentes expressões geográficas e apresentar níveis e velocidades muito variáveis de reterritorialização, isto é, de reorganização espacial e recuperação de patamares aceitáveis de segurança ontológica (Giddens, 1991). Numa sempre incompleta sistematização a partir de alguns dos fatores atrás referidos, o turismo incorre no risco da desterritorialização, em especial pelo efeito (combinado ou isolado) de quatro fatores:

- a) A perda de espaço público devido ao aumento da insegurança (por questões como a criminalidade);
- b) A redução das acessibilidades (pela construção de barreiras, pela privatização dos espaços coletivos, pelo aumento das densidades de uso, pela inflação do preço dos solos, pela patrimonialização e gentrificação de espaços até então centrais na territorialidade de grupos mais vulneráveis);
- c) A degradação dos recursos naturais (como, por exemplo, a água);
- d) A organização de redes precárias de recursos humanos (*dumping* social).

Nenhum exemplo levanta questões universais. Nesta como noutras matérias, cada caso de estudo merece uma análise individual. A territorialização deste debate é uma das vias para demonstrar o carácter sistémico das externalidades de projetos que têm no turismo um dos principais focos estratégicos. Desenvolveremos estas ideias recorrendo ao ecoturismo e à rede queniana de áreas protegidas.

### 3. Turismo e desterritorialização – exemplo na África Oriental

Massai Mara é um dos *hotspots* da rede queniana de áreas protegidas. Paisagem simbólica do imaginário ocidental de África, este é o território dos *big five* (elefante, rinoceronte, búfalo, leopardo, leão) e da migração de gnus entre o parque queniano e o Serengeti, na Tanzânia. Estas referências fazem parte da (mediática) imagem representativa da centralidade ecológica do continente africano, que atrai um mercado de turistas, sobretudo europeus, sul-africanos e norte-americanos, com elevado poder de compra, que aqui se dirigem para fotografar os grandes carnívoros e a célebre migração sazonal. Em 2007, Massai Mara recebeu 650 milhões de Ksh, correspondentes ao pagamento das entradas de 280 mil turistas na área protegida (UNEP, 2009). Confinando com o Parque Nacional do Serengeti, na Tanzânia, estes dois espaços classificados formam um ecossistema transfronteiriço com forte centralidade turística. A capital queniana, Nairobi, é mesmo conhecida como a *Safari World Capital*, um *nickname* que assenta bem numa cidade cujo aeroporto é, com cerca de 4,5 milhões de passageiros/ano, um dos mais movimentados da África Central e Oriental (UNEP, 2009). Em 2009, a rede queniana de áreas protegidas recebeu cerca de 2 milhões e 400 mil visitantes (160 mil em Massai Mara). Criada em 1948, ainda no período colonial, a *Massai Mara Natural Reserve* foi, em conjunto com o Serengeti, desenhada na *massailand* – território de vida da comunidade massai, que também se estende pelos dois lados da fronteira. Para além do interesse ecológico e da centralidade turística, estes espaços protegidos foram criados como estratégia de alargamento do controlo sobre parcelas geográficas que escapavam ao domínio gover-

namental. Em territórios políticos fragmentados, mal consolidados e com escassa coesão interna, inovações como a proteção estatal da natureza servem também como instrumentos de afirmação dos poderes centrais ou *state making* (Lopes, 2005).

Com a instituição destas áreas protegidas, expulsaram-se populações semi-nômadas massai. Este fato acelerou a reorganização e reestruturação funcional desta população, que se foi demarcando do passado pastoril, já em decadência, quer pelos efeitos de uma demografia em expansão, quer pelas novas realidades de uma população com apostas pontuais em níveis mais elevados de educação. Com a deslocalização para o exterior do perímetro de proteção, a comunidade massai afastou-se dos pontos de água. Este processo de marginalização ecológica acrescenta precariedade territorial a este grupo.

Com a deslocação, as comunidades expulsas sedentarizaram-se e recompõem-se com estratégias mais ou menos vulneráveis de reterritorialização, quer na periferia imediata da área protegida, quer em microterritórios urbanos desqualificados em cidades da proximidade, como Narok, ou na capital, Nairobi.

Nas bordaduras da reserva natural e nas portas de acesso à área protegida, alguns massai vivem uma precária reconversão ao turismo. Aguardam, deixam-se fotografar e comercializam peças de um duvidoso artesanato local. Nesta nova fronteira, um limite antes inexistente, encena-se a cultura massai em aldeias-falsas, ali construídas e vividas em escassas horas diárias (ao ritmo da passagem dos turistas) por *tourees* que exibem a imagem do massai guerreiro e pastor que, no Ocidente, ainda persiste.

Nos espaços de reterritorializações precárias (ou desterritorializações persistentes) em meios urbanos, os indicadores de qualidade de vida decrescem e revelam a deterioração do quotidiano destas populações após a saída forçada.

Por outro lado, Massai Mara está dependente de uma linha de água (o rio Mara). Esta, tal como parte substancial do sistema hídrico regional, incluindo os lagos Victória, Turkana e Natron, depende da infiltração e conseqüente dispersão de águas numa região de *water catchment* com 400 000 ha de área florestada - a *Mau Forest Complex*, território queniano

localizado a nordeste de Massai Mara e uma das chamadas *water towers* do território queniano (UNEP, 2009). Para travar a desflorestação deste território, do qual dependem atividades como o turismo, a agricultura e a produção de energia hidroelétrica, em 2005 classifica-se esta mancha florestal e expulsam-se cerca de 50 mil membros da comunidade ogiek (Fernandes e Githuku, 2007).

Este estudo de caso, aqui apresentado nas suas linhas gerais, levanta algumas reflexões. Em primeiro lugar, ilustra o modo como o turismo, de modo direto e/ou indireto, se pode associar a uma dinâmica de desterritorialização/reterritorialização precária (ou desterritorialização persistente). Em segundo, demonstra como os territórios turísticos podem ser paisagens tensas e de conflitos. Aqui se demonstra que, de modo direto ou indireto, o turismo pode ser um fator relevante num processo sistémico de mudança nas territorialidades pessoais e coletivas de comunidades marginais ao poder (no Quénia, grupos como os massai e os ogiek estão longe da força política dos Kikuyus, que controlam parte significativa das instituições). Nesta região em particular, o turismo tem contribuído para a insegurança ambiental, a marginalização ecológica, a desterritorialização *ex situ* e a reterritorialização precária de algumas comunidades.

O turismo queniano de áreas protegidas é um dos principais setores económicos do país. De acordo com o UNEP (2009), trata-se do terceiro setor de exportação, com cerca de 400 mil empregos, 1,8 milhões de visitantes em 2006 e previsão de aumento desse valor para os 3 milhões em 2012. Contudo, pouco se sabe sobre a distribuição local das mais-valias criadas. O turista circula por espaços topológicos (num polígono constituído sobretudo pelo aeroporto Kenyatta, pelos parques e reservas naturais e pelas unidades hoteleiras, algumas localizadas dentro das próprias áreas protegidas) com escasso contato com o espaço geográfico local. Os fluxos turísticos circulam por eixos e nós insulares voluntariamente confinados e com escassa permeabilidade. Neste sentido, apesar de alguns projetos pontuais que tentam contrariar esta tendência (KWT, 2010), o território turístico queniano é uma intranquila e instável paisagem de conflitos e reprodução das relações de poder. Neste como noutros casos, o turismo

cruza-se com as questões ambientais, mas também com as temáticas do desenvolvimento e as tensões de natureza política.

#### **4. Turismo e desenvolvimento: algumas linhas de reflexão na procura de soluções sustentáveis**

Para Pires (2004, p.17), os efeitos sociais, culturais e, acrescente-se, geográficos, da atividade turística, dependem de múltiplos fatores: “A força e a coerência da sociedade e da cultura locais; a natureza do turismo na localidade; o grau de desenvolvimento social e económico da população local em relação aos turistas; as medidas tomadas, se for o caso, pelo setor público para administrar o turismo de modo a minimizar os seus custos socioculturais”. Tendo em conta que as comunidades residentes constituem, em conjunto com os restantes agentes, uma parte importante do processo turístico (Eraqi, 2007), para Swarbrooke (2000) esta atividade deve respeitar princípios gerais como a equidade, a equivalência de oportunidades e a ética que, no seu conjunto, promulgam a necessária simetria de tratamento entre os diferentes atores. Esta perspetiva aponta para a responsabilidade social do turismo, cuja concretização pode passar por instrumentos de natureza fiscal enquanto meios de fixação e redistribuição local das mais-valias. A criação de parcerias *win-win* evitaria um ciclo no qual os benefícios de uns implicam prejuízos e perdas para outros, com a necessária procura do ponto de equilíbrio entre a territorialização local e regional das mais-valias e a manutenção da competitividade desses territórios turísticos.

Contudo, na perspetiva das comunidades acolhedoras, nem sempre se alcançam modelos holísticos que abram os projetos turísticos à realidade local. Por exemplo, seguindo Potter, Binns, Smith e Elliott (2004), as imagens estereotipadas do turismo no Caribe representam um paraíso higiénico sem as máculas da pobreza. Nestes casos, ou se escondem ou se representam as comunidades locais enquanto adereços afáveis do mesmo cenário. Trata-se de um jogo de imagens com crescente manipulação e esquecimento induzido de uma pobreza escondida detrás de muros, numa

época na qual as representações suplantam a própria realidade (Hauteserre, 2005; Avraham e Ketter, 2008).

Também a multifuncionalidade das unidades hoteleiras enclausura e afasta os turistas do exterior destes paraísos confinados. Estes *resorts* são territórios pós-modernos que, do entretenimento aos restaurantes, da fruição do mar ao contato com uma identidade local fabricada com o recurso a lojas de artesanato ou a grupos etnográficos de tradição popular, criam uma paisagem plastificada de conforto e aparente contato com uma realidade local que, na verdade, os turistas desconhecem.

É no âmbito do envolvimento do turismo com as trajetórias de desenvolvimento e dos riscos que se incorrem nessa relação que se tem discutido o denominado *pro-poor tourism* (Ashley, Roe e Goodwin, 2001; Binns e Nel, 2002). Para Ashley, Roe e Goodwin (2001, p. 8), “Pro-poor tourism (PPT) interventions aim to increase the net benefits for the poor from tourism, and ensure that tourism growth contributes to poverty reduction. PPT is not a specific product or sector of tourism, but an approach. PPT strategies aim to unlock opportunities for the poor – whether for economic gain, other livelihood benefits, or participation in decision-making”. Este conceito, prestando especial atenção às comunidades mais vulneráveis, aponta para um conjunto de princípios que devem ser aplicados do turismo urbano ao rural, do ecoturismo ao turismo cultural. Nestes, valorizam-se modelos mais participados e localizados de gestão de práticas turísticas que, ao mesmo tempo, garantam a redução das externalidades e assegurem uma maior fixação local das mais-valias (Sharpley e Telfer, 2002).

Estas preocupações derivam da estrutura da atividade turística (e respetiva monitorização) que, não sendo fácil de classificar, está subordinada a duas perspetivas diferentes mas complementares.

Em primeiro lugar, é importante o grau de porosidade/permeabilidade do processo turístico face às comunidades e aos espaços geográficos de escala local ou regional (Figura 1).

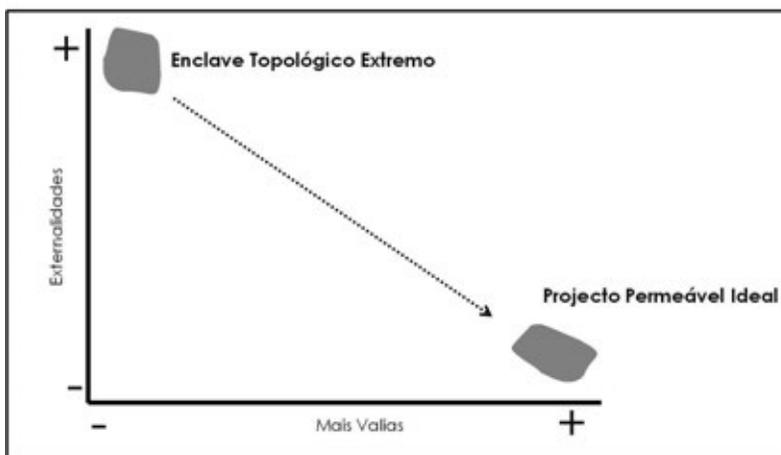


FIGURA 1 – Diferente inserção dos projectos turísticos nos contextos local e regional

Num extremo ideal, estará um modelo com baixo nível de territorialização local das externalidades e uma forte permeabilidade dos projetos turísticos, com elevada participação das populações recetoras em áreas como os recursos humanos e o fornecimento de bens e serviços. Inserem-se aqui projetos turísticos de baixa densidade, com controlo endógeno das variáveis e gestão *bottom-top*, no geral associados ao denominado turismo de base comunitária. No limite oposto, encontram-se os enclaves topológicos caracterizados pela forte insularidade das unidades turísticas, encerradas face aos territórios contíguos de proximidade mas com forte conectividade com o exterior. Pela maior densidade dos investimentos, dos fluxos e das infra-estruturas, no geral apresenta elevada territorialização *in situ* das externalidades. Os investimentos turísticos com estas características são, por isso, mais deslocalizáveis e atores mais efetivos na circulação global dos capitais (Harvey, 2011). Na ótica das trajetórias locais e regionais de desenvolvimento, essa hiper mobilidade agora mais desregulada, cria incertezas e é um fator de imprevisibilidade face ao futuro. O turismo de *resorts* em países de desenvolvimento humano médio mais reduzido ou, como se referiu atrás, o modelo do ecoturismo nalgumas áreas protegidas africanas, integram-se nesta categoria. Se bem que a deslocalização

espacial dos investimentos em *resorts* seja um fato, o mesmo não ocorre, naturalmente, com os parques naturais. Contudo, neste último exemplo, a hiper mobilidade ocorre mais pelo lado da procura que, sendo um mercado elitista, com facilidade se desloca do Quênia para destinos como a África do Sul ou o Botswana. Entre estes dois pontos-limite (os projetos permeáveis e os enclaves topológicos), distribuem-se casos intermédios cuja avaliação passa sempre pelos fatores referidos: o grau e a distribuição espacial e social das externalidades e o nível de insularidade/abertura das unidades turísticas nos contextos locais e regionais, fato do qual dependem variáveis como a fixação *in situ* da riqueza criada e o grau de participação das comunidades locais na gestão estratégica de cada sistema de oferta/procura turística.

Em segundo lugar, não é irrelevante a caracterização do modelo segundo a diversidade funcional e o grau de articulação dos pólos ou categorias da oferta turística em cada contexto local ou regional (Figura 2).

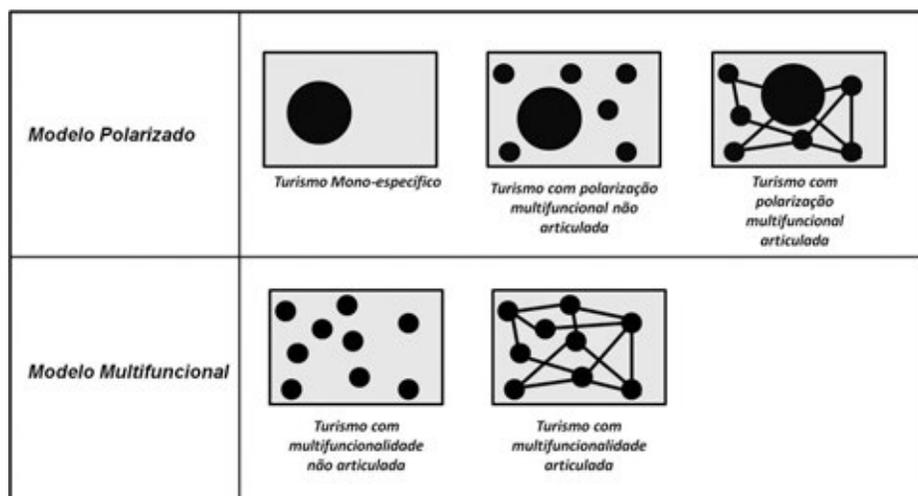


FIGURA 2 – Diversidade e grau de articulação da oferta turística nos contextos local e regional

A diversificação dos atores pode começar no interior do próprio sistema da oferta turística local e regional. Desde logo, há diferenças entre os

modelos assentes numa oferta polarizada e exclusiva (um turismo mono-específico) e os que, no limite, são sustentados por diferentes categorias de serviços, equipamentos e hipóteses de fruição (um modelo turístico multifuncional). Se, no primeiro caso, são maiores os riscos de insularidade topológica, no segundo, prevêm-se mais hipóteses de envolvimento de investimentos localizados de pequena escala, apontando para segmentos mais diversificados.

Contudo, esta dupla perspetiva está também dependente da articulação que se possa estabelecer entre essas diferentes segmentações da oferta turística. Um modelo turístico de multifuncionalidade articulada permitirá uma mais efetiva concertação de esforços em contextos como, por exemplo, mais uma vez o turismo comunitário, ao mesmo tempo mais permeável e resiliente mas menos deslocalizável devido a um mais efetivo enraizamento local. Nesta perspetiva, também o turismo mono-específico se pode articular com ofertas de escala mais reduzida. Ainda que não se altere a polarização que, por exemplo, no litoral português, continua a assentar no recurso-mar, esta pode integrar-se com novas perspetivas que apenas ganham com uma articulação mais efetiva. Este sistema de polarização funcional articulada está na base de muitos dos posicionamentos estratégicos de lugares que, no sul da Europa, procuram requalificar, com o crescente envolvimento das comunidades locais, o modelo polarizado de turismo de sol e praia, associado-o a categorias mais diversificadas de oferta em áreas como o ecoturismo ou o turismo cultural.

## **5. Notas conclusivas**

Seguindo David Harvey (2011), mais que um fluxo demográfico temporário, o turismo participa na circulação/(re)distribuição global do capital, essência do sistema socioeconómico que tem marcado o mundo, sobretudo desde a segunda metade do século XX. Sendo a atividade turística uma questão incontornável quando se discute o presente e se perspetiva o futuro de muitos lugares e populações, não são de menosprezar os sucessos que esta fruição do espaço e de múltiplos patrimónios tem impulsionado. Em

muitos casos, o turismo tem sustentado estruturas de povoamento que, sem este, se tornariam anacrônicas; tem acelerado a abertura ao mundo e aumentado os graus qualitativos de exigência em lugares até então mais protegidos da concorrência internacional.

Contudo, ressaltando estes sucessos, é importante discutir as externalidades, os riscos e os efeitos indesejáveis de uma atividade que, de um modo ou de outro, direta ou indiretamente, se envolve com bens públicos, como a paisagem, e com agentes como as comunidades locais.

O turismo é apenas uma das vias de contato e abertura dos lugares ao mundo. Não será nem a solução para todos os problemas, nem a causa de todos os males, ou uma porta para violação do equilíbrio e estabilidade que caracterizariam lugares com uma identidade isolacionista. Este texto, não negando as virtudes e a importância estratégica do turismo no mundo contemporâneo, discutiu alguns dos riscos em que incorre. Apontaram-se ainda caminhos mais sustentáveis, próximos das comunidades locais e com uma gestão mais territorializada.

Os efeitos desta atividade econômica são difíceis de estudar, porque são diretos mas também indiretos, porque criam reações em cadeia mas também porque o balanço é quase sempre contraditório: ora pode criar novos empregos e oportunidades, ora pode levar a maior precariedade. O turismo tanto incentiva a defesa do ambiente e a criação de áreas protegidas, como aponta para o contrário. O ecoturismo que causa desterritorialização em muitos países africanos é também responsável pela inserção positiva e consequente de comunidades em países como a Costa Rica.

Seja como for, os impactos do turismo, a sua gestão e a coesão interna que possa ou não promover, afetam a competitividade do lugar e o respectivo posicionamento estratégico. Se se conhecerem e tiverem em conta as externalidades e os riscos que esta atividade implica, o turismo será sempre um fator que alarga as opções individuais e coletivas e um instrumento de desenvolvimento do território e das populações.

## Bibliografia Citada

- ALHASANAT, S. 2010, "Sociocultural impacts of tourism on the local community at Petra, Jordan", *European Journal of Scientific Research*, vol. 44, n.º 3, pp. 374-386.
- ASHLEY, C., ROE, D. e GOODWIN, H. 2001, *Pro-Poor Tourism Strategies: Making Tourism Work For The Poor. A review of experience*, Pro-Poor Tourism Report No. 1, Overseas Development Institute. Nottingham: The Russell Press.
- AVRAHAM, E. e KETTER, E. 2008, *Media strategies for marketing places in crisis*, Butterworth-Heinemann. Amsterdam: Elsevier.
- BETON, S. 2005, *Film-induced tourism*, Channel View Publications, Clevedon.
- BINNS, T. e NEL, E. 2002, "Tourism as a local development strategy in South Africa", *The Geographical Journal*, 168(3), pp. 235-47.
- CLAVAL, P. 2002, "Reflections on human mobility at the time of flobalization", in Montanari, A. (Edit.) *Human Mobility in a Bordeless World?*. Roma: Società Geografica Italiana, pp.47-68.
- CUYVERS, L. e KERREMANS, B. 1999, *The international social issue: Social dumping and social competition in the global gonomy*. Cambridge: Intersentia.
- DESFORGES, L. 1999, "Travel and Tourism", in Cloke, P., Crang, P. e Goodwin, M. (editors) *Introducing Human Geographies*. London: Arnold, pp. 296-305.
- ERAQI, M. I. 2007, "Local communities' attitudes towards impacts of tourism development in Egypt", *Tourism Analysis*, vol. 12, pp. 191-200.
- FENNELL, D. A. 1999, *Ecotourism. An introduction*. London: Routledge.
- FERNANDES, J. L. J. e GITHUKU, N. K. 2007, *Resource Management in Protected Areas and its Impact on Human Development: A Comparative Sustainable Development Study of the Mau Narok Forest Reserve (Kenya) and the Serra da Estrela Natural Park (Portugal)*, Final JIP Report, In <http://www.tkfd.or.jp/> (acesso a 15 de Outubro de 2011).
- GIDDENS, A. 1991, *Modernity and self-identity. Self and society in the late modern age*, Stanford University Press.
- HAESBAERT, R. 2004, *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HALL, C. M. e PAGE, S. J. 2001, *The Geography of tourism and recreation*. London: Routledge.
- HARVEY, D. 2011, *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. Lisboa: Bizâncio.

- HAUTESSEERRE, A.-M. d' 2005, "Maintaining the myth. Tahiti and its islands", in Cartier, C. e Lew A. A. (Editors), *Seductions of place*. London: Routledge, pp.176-181.
- HOMER-DIXON, T. 1994, "Environmental scarcities and violent conflict: evidence from cases", *International Security*, vol.9, n.º 1, pp.5-40.
- KREAG, G. 2001, *The Impacts of Tourism*, Minnesota Sea Grant. Duluth: University of Minnesota.
- KWT – Keny Wildlife Trust 2010, *KWT annual report*, Nairobi.
- LAC, F. 2005, *O Turismo e os Kaingang na Terra Indígena de Iraí/RS*, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- LOPES, P. D. 2005, "International environmental regimes: Environmental protection as a mean of state making?"; *Oficina do CES*, 242, in <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/> (acesso a 15 de Outubro de 2011)
- MATIAS, Á., NIJKAMP, P. e SARMENTO, M. (Editors) 2011, *Tourism economics. Impact analysis*. Heidelberg: Physica-Verlag, Springer.
- ORUETA, F. D. e LOURÉS, M. L. 2006, "Housing, tourism and the real estate sector: the spanish mediterranean coast"; in *ENHR Conference: Housing in an expanding Europe*; Ljubljana.
- PAGE, S. J., BENTLEY, T. e WALKER, L. 2005, "Tourist safety in New Zealand and Scotland", in *Annals of Tourism Research*, vol.32, n.º 1 (pp. 150-166).
- PIRES, E. V. 2004, "Impactos Sócio-Culturais do Turismo sobre as Comunidades Receptoras: Uma Análise Conceitual"; in *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 4, n.º 3, 14-18.
- POTTER, R. B., BINNS, T., SMITH, D. W. e ELLIOTT, J. 2004, *Geographies of development*, Pearson, Prentice Hall, Harlow, England.
- RIBEIRO, L. C. de Q. 1997, *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*, Civilização Brasileira, IPUR, UFRJ, FASE, Rio de Janeiro.
- RICHARDS, G. e WILSON, J. 2006, "Developing creativity in tourist experiences: A solution to the serial reproduction of culture?"; in *Tourism Management*, 27 (pp.1209-1223)
- ROE D., GOODWIN, H. e ASHLEY, C. 2002, "The tourism industry and poverty reduction. A business primer"; in *Pro-Poor Briefing*, n.º 2; International Institute for Environment and Development; London.

- SHARPLEY, R. e TELFER, D. 2002, *Tourism and development. Concepts and issues*. Clevedon: Channel View Publications.
- SIMÕES, J. M. e FERREIRA, C. C. (Eds) 2009, *Turismos de nicho. Motivações, produtos, territórios*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- STEIL, C. A. 2006, “Antropologia do turismo. Comunidade e desterritorialização”, in Peralta, E. e Anico, M. (Org.), *Patrimónios e Identidades. Ficções contemporâneas*, Celta Editora, Oeiras. pp. 163-170.
- SWARBROOKE, J. 2000, *Turismo sustentável. Conceitos e impactos ambientais*. São Paulo: ALEPH.
- TUMARKIN, M. 2005, *Traumascapes: the power and fate of places transformed by tragedy*. Melbourne: Melbourne University Press.
- UNEP – United Nations Environment Programme 2009, *Kenya. Atlas of Our Changing Environment*, Nairobi.
- WILLIAMS, S. 2009, *Tourism Geography. A new synthesis*. London: Routledge.